

## **Forma de Ser e Determinação Categorical em Marx: a questão do trabalho produtivo em Theorien über den Mehrwert**

Antônio José Lopes Alves

Mestre em Filosofia

Doutorando em Filosofia – UNICAMP

Professor – UFMG

Membro do Grupo de Pesquisa Marxologia: filosofia e estudos confluentes – CNPq/UFMG

O trabalho que ora apresentamos se relaciona a uma parte da pesquisa de doutoramento, em vias de finalização, realizada junto ao Programa de Pós Graduação em Filosofia da Universidade de Campinas, cujo projeto se intitula "A Cientificidade na Obra Marxiana de Maturidade: uma teoria das formas de ser". Na investigação em curso, nos propomos a elucidar e a expor o caráter próprio do padrão de ciência que norteia e integra a crítica marxiana da economia política em sua etapa mais desenvolvida, iniciada em 1857, com a redação dos Grundrisse e plenamente configurada em O Capital. A pesquisa ora empreendida compreende, a partir da leitura rigorosa e imanente dos textos de Marx, o desvendamento do estatuto que as categorias possuem no interior de sua obra. Nesse sentido, não se trata de uma discussão de cunho metodológico, não obstante esta esteja presente, mas acima de tudo de teor mais fundamental. Núcleo determinativo que fornece a vertebralidade própria à reflexão científica marxiana e que permite inclusive a formatação correta dos passos cognitivos no alcance da apreensão da realidade social do capital. No presente momento, escolhemos para expor como a questão da tematização categorial se configura no interior da apreciação crítica de Marx acerca da polêmica em torno da determinação do conceito de trabalho produtivo. Discussão acirrada e acerbadada que quase divide os veios nos quais as águas da economia política se viram lançadas.

A problemática em tela, a qual comparece em praticamente toda a obra marxiana dedicada ao debate com os autores da economia política, surge com um tratamento mais elaborado e autônomo em As Teorias do Mais-Valor. Pois esta traz em seu bojo a remissão a um outro conjunto de problemas, decisivos para essa discussão: os relacionados com a explicitação da distinção categorial ou da *differentia specifica*. Marx passa em exame as teorias acerca da distinção entre trabalho *produtivo e improdutivo* produzidas no interior da economia política, em suas diversas vertentes, da ilustrada às vulgares. A respeito da primeira determinação precisa do problema, em Adam Smith, declara que o pensador escocês,

penetrou no íntimo da questão, acertou na mosca, e um dos seus maiores méritos científicos (essa distinção crítica entre trabalho produtivo e improdutivo, conforme acertada observação de Malthus, constitui a base de toda economia burguesa) é o de ter definido o trabalho produtivo como

trabalho *que se troca de imediato por capital* – troca em que as condições de produção do trabalho e o valor em geral, dinheiro ou mercadoria, antes de tudo se transformam em capital (e o trabalho em trabalho assalariado na acepção científica). (Marx, 1965:127)

Ou seja, a categoria é sempre determinada pela sua relação de subsunção à forma geral da produção de mercadoria, como trabalho assalariado livre, venda de força de trabalho ao capitalista, sendo este último *persona* do capital, sua representação. Nesta determinidade, só é produtivo o trabalho que reproduz o capital, que produza ao criar um artigo, um dado *quantum* de valor a mais, o qual uma vez vendido restitua ao capitalista quantidade de tempo maior que aquela representada no salário. A determinação formal requerida aqui é precisa. A distinção do aspecto imediatamente material da atividade ou de sua forma fenomênica, como atividade e produto particulares, frente à determinação das formas mercadoria e capital, deve prevalecer na análise, se o escopo é a delimitação precisa dos nexos essenciais do objeto.

Assim, o trabalho produtivo como categoria se determina pela especificidade do modo de produção capitalista, se delimitando em função da reprodução do capital. É a forma de ser social que assume a atividade produtiva enquanto se relacione ao capital, na sua submissão a este como condição de reprodução dele.

O trabalho produtivo no sentido {*Sinn*} da produção capitalista, é o trabalho assalariado que, na troca com a parte variável do capital (da parte do capital desembolsada em salário), não somente reproduz esta parte do capital (ou o valor de sua própria força de trabalho {*Arbeitsvermögens*}), ao contrário além disso, produz um mais-valor para o capitalista. (Marx, 1965:122)

A enunciação do elemento que particulariza o trabalho não deixa margem à tergiversações, *im Sinn der kapitalistischen Produktion*; é produtivo apenas na medida em que produz um mais-valor à *persona* do capital. Portanto, a atividade produtiva numa dada relação social específica e determinada, “*Nur die Lohnarbeit ist produktiv, die Kapital produziert*” (Marx, *idem*). Consequentemente, trabalho produtivo no registro do capital é aquele em que o trabalhador não somente reproduz o valor por ele consumido na forma do salário recebido. Mas que, outrossim, e principalmente, põe um valor novo que ultrapasse em grandeza aquele anterior, contido na sua remuneração, bem como nas condições objetivas de produção. O próprio capital como forma social da riqueza assenta (*beruht*) sua existência nesta forma do trabalho. Ato de posição da riqueza de outrem pela via da alienação das capacidades produtivas do trabalhador. Essa formulação guarda, não surpreendentemente, proximidade com aquela elaborada quando do primeiro confronto crítico de Marx com a economia política, em 1844, no qual buscava explicitar a *anatomia da sociedade civil*. Intentava superar a forma sintética, mas igualmente abstrata consagrada no pensamento hegeliano, a de reino das dissensões e

conflitos, para revelar-lhe a carnação e concretude. Expor os fundamentos da teia de relações contraditórias e opositivas, tal era a meta da reflexão marxiana. Ao fazê-lo desvela como princípio, a alienação e o estranhamento, não em suas posições ideais ou derivadas, mas no terreno concreto da interatividade humana, na figura do *trabalho estranhado*. É este, o *entfremdet Arbeit* põe a propriedade privada do capital, e não o contrário.

No contexto delimitado pelo *entfremdet Arbeit*, o valor de uso da força de trabalho interessa, na relação com o capital, não por seu caráter real, particular, concreto, como possibilidade de produção de uma coisa cujas propriedades satisfaçam necessidades humanas. O uso da *Arbeitsvermögen* não se especifica como produtivo unicamente por realizar uma atividade específica e que esta resulte em um efeito ou numa efetividade objetivamente postos, o qual seria seu lado material, “natural”. O que urge apreender é o que faz do trabalho elemento essencial de produção ao capital, caso se pretenda discernir as determinações imanentes e inerentes ao modo de produção da vida correspondentes a este último. Por esta razão, para Marx, o lado puramente formal da atividade - a forma sócio-histórica específica - é que cabe explicitar e desvendar. O trabalho se define como produtivo ou improdutivo no sentido de produzir ou não o mais-valor, de aumentar ou não a riqueza na forma do capital:

Só o trabalho que produz capital é produtivo. Mas as mercadorias ou o dinheiro se tornam capital apenas quando se trocam diretamente por força de trabalho e somente se trocam para serem substituídas por mais trabalho que aquele nelas contido. (Marx, 1965:126)

Do mesmo modo, o produto vale tão-somente como átomo do capital, enquanto nele se objetive o mais-valor produzido pelo trabalhador:

A mercadoria o [ao capitalista] interessa na medida em que possua mais valor de troca que aquele pago por ela, e assim o valor de uso do trabalho consiste para ele em que receba um quantum de tempo de trabalho maior que aquele pago sob a forma de salário. (Marx, idem)

O que determina é a forma social sob a qual os trabalhos, em sua variedade, existem e não a sua determinidade particular de produtores de valores de uso, se tais possuem uma figura material e concreta, que permita a sua duração para além da série de atos que os engendraram. Isto em consonância com a observação marxiana, feita em *Introdução de 1857* aos *Grundrisse*, segundo a qual, “*die politische Ökonomie ist nicht Technologie*” (Marx, 1983:21). Por isso, mesmo funções secundárias àquelas pertencentes ao trabalho propriamente dito - produtor de mais-valor na forma de mercadorias fisicamente existentes - se contam entre as produtivas, enquanto se enquadrem na relação com o capital, e a partir delas se ponha mais-valor:

Entre os trabalhadores produtivos se contam naturalmente todos aqueles que colaboram {*mitarbeiten*} d'une manière ou d'outre com a produção da mercadoria, desde o trabalhador manual até manager, engineer (contanto que eles sejam diferentes do capitalista). Assim, no último Report oficial inglês sobre as fábricas, se inclui 'explicitamente' todas as pessoas empregadas na fábrica ou nos comptoirs que delas dependem, à exceção dos próprios fabricantes, na categoria dos trabalhadores assalariados empregados pela fábrica. (Marx, 1965:126-127)

O trabalho produtivo em sua distinção face ao improdutivo se define cientificamente em relação ao *Standpunkt* do capital, como o fez Adam Smith, ao delimitá-lo como aquele que “se troca imediatamente por capital: troca por meio da qual, as condições de produção do trabalho e o valor em geral, dinheiro ou mercadoria, de saída, se transformam em capital (e o trabalho em trabalho assalariado em sentido científico)” (Marx, 1965:127). O improdutivo se delimitando, por contraste, como todo aquele que não se troca por capital, mas por *revenue*, renda, seja esta última advinda do salário ou do lucro. Mais uma vez se assinala que não é a determinação material do trabalho, mas aquela de natureza formal, da forma social particular que este assume no modo de produção capitalista, que importa capturar categorialmente. Compreensão científica entendida como ato de apreender analiticamente a *differentia specifica* da forma social do capital que converte a atividade vital em pressuposto subjetivo necessário da valorização da propriedade privada capitalista. Trata-se sempre do trabalho “*den gesellschaftlichen Produktionsverhältnissen*”. O trabalho numa dada relação social ou forma de ser, numa dada posição frente à totalidade do modo de produção. A qual lhe confere seu caráter efetivo social, que o particulariza no capitalismo frente às demais formas histórico-societárias de atividade produtiva. O trabalhador que produz efetivamente a riqueza capitalista não apenas trabalha, exerce um ofício ou uma dada ocupação, não somente produz um objeto ou um processo, mas põe por meio destes um mais-valor, engrandece o dinheiro posto na produção e transmuta as próprias condições objetivas em condições de existência do capital. O trabalhador não apenas troca *Arbeitsvermögen* por dinheiro, a troca por dinheiro na forma social de capital, como representante objetivo ou forma objetivada de uma relação de produção cujo escopo reside na reprodução ampliada do valor dos seus próprios pressupostos concretos.

O resultado do ato se pôr como coisa material (a produção de artigos ou gêneros), como desfile sensorial (as artes em suas mais diversas modulações) ou como mero conjunto de enunciados logicamente articulados (ciência e informação em geral), é irrelevante para a delimitação categorial do trabalho produtivo. O que importa é a relação na qual se insere a posição produtiva frente ao capital, por meio de sua relação às *personæ* deste último:

É indiferente *{futilsten}* qual seja o valor de uso da mercadoria na qual se corporifique o trabalho de um trabalhador produtivo. Esta determinação material não está ligada *{gar nicht zusammen}* a esta sua propriedade de, antes melhor, apenas expressar uma determinada relação social de produção. É uma determinação do trabalho que não provém de seu conteúdo ou de seu resultado, mas de sua forma social determinada *{bestimmten gesellschaftlichen Form}*. (Marx, 1965:128)

O caráter material da atividade produtiva, determinado pelos seus modos de execução, por seus objetos e meios particulares, não representa o aspecto central para a definição categorial, mas apenas seu caráter formal conta. Se aquela se realiza ou não no âmbito das relações diretas com o capital, submetendo-se a este como momento de sua reprodução social:

A determinidade material *{stoffliche Bestimmtheit}* do trabalho e, por conseqüência, de seus produtos não tem em e para si nada haver com esta distinção entre trabalho produtivo e improdutivo. Assim, por exemplo, os cozinheiros e *waiters* de um hotel são trabalhadores produtivos na medida em que, para o proprietário do hotel, seu trabalho se transforma em capital. As mesmas pessoas são trabalhadores improdutivos como *menial servants* enquanto gaste renda, e não capital, para comprar seus serviços. (Marx, 1965:129)

O complexo de problemas assim referido nos remete diretamente a uma outra temática a ele atinente: a relação entre trabalho produtivo e mercadoria. Trabalho produtivo é o que produz diretamente mercadoria e não apenas valores de uso. A determinação categorial recai mais uma vez no vínculo direto da atividade com a forma social, agora a do produto. A conexão entre a delimitação do trabalho produtivo se acha em correspondência com aquela da mercadoria como forma de ser elementar da riqueza. Compreender corretamente a diferença entre mercadoria (unidade de valor e valor de uso), por um lado, e mero produto de trabalho, por outro lado é também tarefa necessária para a apreensão da categoria trabalho produtivo. A mercadoria é antes de tudo ente ou entificação de valor, produzida não com o fito de ser consumida imediatamente, mas para ser trocada, para circular e, no fim do seu processo de ser, realizar seu valor na forma de dinheiro, revelando objetivamente a riqueza capitalista encerrada no *Warenkorps*, o mais-valor. O corpo da mercadoria nada mais é que invólucro, um *Träger des Tauschwert*, portador de valor. Mercadoria, nesse sentido, não se define por sua determinação material própria, pela materialidade de sua figura ou pela utilidade advinda de suas propriedades. Predominantemente, sua forma de ser se delimita por sua posição no modo de produção, na transformação do dinheiro em capital, por sua natureza social, como suporte do valor de troca e mediador no processo de realização do valor. O momento preponderante, o *ubergreifende*, reside no lado do capital, reconhecido marxianamente como relação dominante frente ao trabalho vivo. A questão não é se o trabalho improdutivo, por

meio da transformação da capacidade de trabalho, se apresenta a seu proprietário ou mesmo ao capitalista como mercadoria, mas o que ele põe na relação em que se insere, se mercadoria, a *Elementarform* da riqueza como capital, ou se somente valor de uso para consumo imediato. Desse modo, um mesmo trabalho pode ser, dependendo da relação específica em que se acha situado, produtivo ou improdutivo.

O que emerge no interior desta polêmica, e que constitui a nosso ver um dos elementos decisivos da tematização crítica marxiana das categorias da economia política, é a identificação das próprias relações sociais como formas de ser, e não somente como nexos contingentes entre termos exteriormente postos. Posição que permite a crítica, simultânea, tanto das formulações *contratualistas*, quanto das *organiscistas*. As primeiras partem, em geral, dos indivíduos isoladamente tomados que “inventam” ou “fundam”, por um ato de vontade absoluta e soberana, a sua existência social. As que se contrapõem às primeiras, tomam a forma geral como pressuposto abstrato e místico, da qual a particularidade não é mais que mera emergência. Em Marx, ao contrário, temos o delineamento da rede relacional da sociabilidade como instância fundante do caráter particular da efetividade, sem que se anule a precedência da concreta existência individualizada do humano. As relações sociais nas quais os indivíduos se encontram determinados não são nem liames oriundos da auto-regência de cada um como entes auto-suficientes por natureza, nem uma forma de universalidade exterior que paira acima deles. Ao revés, são formas de ser sociais destes mesmos indivíduos, fora das quais se torna impossível compreender o modo de ser dos homens e de sua interatividade histórica concreta.

Forma de ser em Marx se identifica à relação social, referida textualmente nos manuscritos em questão como “principal *differentia specifica* determinante (prinzipiell bestimmenden *differentia specifica*)” (Marx, 1965, 131). A determinação formal (*die Formbestimmung*) aparece então como um elemento que, ao mesmo tempo, se põe num terreno aquém e além da teoria, como forma de ser da realidade, a qual deve ser espelhada e reproduzida cientificamente. Em outros termos, é, no caso, a “determinação dos trabalhadores produtivos e improdutivo através da relação destes para com a produção capitalista {*der Bestimmung der produktiven und unproduktiven Arbeiter durch ihr Verhältnis zur kapitalistischen produktion*}” (Marx, 1965:132). A crítica a Adam Smith se deve ao fato de este ter abandonado a determinação categorial e retomado o modo como a fisiocracia colocava a questão. Ocorre no pensador escocês a reposição do consumo do trabalhador em comparação com sua produção como critério de distinção conceitual entre contingente assalariado produtivo e improdutivo. E isto, não obstante, segundo Marx, Smith não retorne

evidentemente à posição da agricultura como única atividade econômica propriamente produtiva (Cf. Marx, 1965: 132-140). A gravidade do recuo de Smith, no entanto, reside em não mais reconhecer à reprodução do capital o caráter determinativo central e sim à reposição do valor consumido, coisa que igualmente deve acontecer, mas que não constitui a *differentia specifica* do mais-trabalho na época do capital. Mais-trabalho produzido como mais-valor cuja “destinação natural” é a reprodução cada vez mais ampliada de modo hiperbólico, não é mais apreendida como dimensão essencial e nuclear da produção de riqueza no capitalismo. O principal aspecto da atividade produtiva, reprodução do capital desaparece. Por conseguinte, temos a posição do trabalho como não-reprodutor do capital. O que equivaleria à negação da reprodutibilidade virtual do capital como *übergreifende* da própria produção capitalista, na medida em que reproduzir o capital não é mais o caráter produtivo do trabalho. Em sendo a mera reposição de valor o conteúdo formal essencial da relação de produção, a própria riqueza capitalista não mais se produziria, pois, no confronto entre trabalhador e capitalista, a conta restaria zerada. O dinheiro das *personæ* do capital, a rigor, não se transformaria em capital. A transação entre os dois decorreria como se o capitalista adquirisse junto ao trabalhador a mercadoria, seu trabalho objetivado, e não o que efetivamente ocorre, e uma vez apreendido teoricamente permite compreender cientificamente o fato da riqueza como capital, a alienação da capacidade de trabalho como mercadoria pelo trabalhador ao capitalista. Ao contrário disso, o herói dos tempos modernos, o capitalista se teria se apropriado, ao fim do processo de produção do valor, “sob forma de mercadoria exatamente o mesmo quantum de trabalho que antes possuía sob a forma de dinheiro. Seu dinheiro não se transformaria em capital através disso” (Marx, 1965:132). A indistinção se sobrepõe à determinação da *differentia specifica* e tem-se, para repisar uma fórmula irônica dos *Grundrisse, die Weisheit der modernen Ökonomen* (Cf. Marx, 1983:21).

Desse modo, a transformação do trabalho em capital se acha condicionada (*bedingt*) pela troca originária (*ursprünglichen Austausch*) entre capital e trabalho (Cf. Marx, 1965:371), como processo de materialização do trabalho, tendo por escopo sua posição necessária como mais-trabalho, objetivado na forma de valor de um valor de uso qualquer que não pertence ao seu produtor, mas ao comprador da *Arbeitsvermögen* – trabalho que não se ponha como mais-trabalho, que não se afirme como produtor de mais-valor, não é, pois, produtivo no sentido categorial do termo. Nesse contexto, o trabalho produtivo nada mais é que determinada relação social, na qual a atividade produtiva de contingentes submetidos à alienação de sua capacidade de trabalho conserva e produz valor. Reproduzindo assim o valor preexistente nas condições objetivas de produção, acrescentando a este um mais-valor no ato

mesmo de produzir mercadorias, produzir é acima de tudo reproduzir, incrementar, acrescer, multiplicar valor. Ou seja, trabalho produtivo = trabalho que amplia a grandeza do capital, do “trabalho objetivado autonomizado defronte (*gegenüber*) à força de trabalho (*Arbeitsvermögen*)” (Marx, idem). Marxianamente, portanto, a categoria de trabalho produtivo “é somente uma expressão abreviada {*abkürzender Ausdruck*} para a totalidade de tipos e modos, nos quais a força de trabalho figura no processo de produção capitalista” (Marx, idem). A categoria em exame, por conseguinte, “expressa a forma da determinidade {*die Formbestimmtheit*} sobre a qual se assenta {*beruht*} a totalidade do modo de produção capitalista e o próprio capital” (Marx, 1965:131-132). Trabalho produzindo mais-valor, transmutando o valor objetivado em dinheiro no início do processo de produção em capital, em mais-valor posto como um dinheiro excedente, ao final. É sempre de um *gesellschaftlich bestimmter Arbeit* que se trata, e não da atividade imediatamente existente conforme dada e apreendida empiricamente. Então, categoria que captura a determinação formal essencial, “a relação completamente determinada entre comprador e vendedor de trabalho” (Marx, idem).

O itinerário particular de analítica científica, o qual aqui foi sumariamente perseguido, a crítica marxiana da polêmica em torno da definição de trabalho produtivo (e improdutivo), nos permite reafirmar o que se vem descobrindo no decorrer da pesquisa mais acima referida. Achado este que parece ser o núcleo da cientificidade da obra madura de Marx, a delimitação das categorias como formas de ser, como *formas da determinidade*, do efetivamente existente, do concreto. O que, evidentemente, nesta apresentação não pôde ser mais que o desenho de horizontes, os contornos mais gerais, na pesquisa uma vez completada e, conseqüente, na demonstração discursiva configurada e acabada desta, se cuidará de expor e defender de modo mais probatório.

#### **Referências Bibliográficas:**

- MARX, Karl. *Ökonomische Manuskripte 1857/1858*, IN Marx-Engels Werke, Band 42, Berlin: Dietz Verlag, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Theorien über den Mehrwert*, IN Marx-Engels Werke, Band 26.1, Berlin: Dietz Verlag, 1965.